



DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA EM TEMPOS DE CÓLERA: Influência política midiática e radicalização militante¹

DEMOCRACY AND TECHNOLOGICAL REVOLUTION IN TIMES OF ANGER: The political influence of media and militant radicalization

Fernando Lattman-Weltman²

Resumo: Argumentamos aqui que de um modo similar ao que ocorria nos primórdios da difusão da imprensa no século XIX, a popularização do acesso às redes e à vertiginosa oferta de conteúdo via Internet vêm favorecendo a ampliação da participação argumentativa de um universo cada vez mais amplo de indivíduos que anteriormente poderiam permanecer isolados uns dos outros, sem espaço ou oportunidade de interação comunicativa e de desenvolvimento de identidades sociais, ideológicas e/ou (proto)partidárias. Queremos, porém, analisar preferencialmente não a reprodução de práticas dialógicas de aproximação, ou de produção de supostos consensos racionais entre tais atores, mas sim, ao contrário, efeitos de polarização e radicalização, mais afeitos, por um lado, à reprodução de preconceitos e supostos índices de distinção e hierarquização social e cultural, e, por outro, a reelaborações da distinção política básica que opõe “amigos” a “inimigos”.

Palavras-Chave: Democracia. Redes sociais. Engajamento.

¹ - Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Democracia”, do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015. Versão preliminar. Favor não citar.

² - Professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutor em Ciência Política. E-mail: flwnyc@me.com.



Abstract: *We argue here that in a similar way to what happened in the early dissemination of press in the nineteenth century, the popularization of network access and content offer through the Internet, are helping the expansion of argumentative participation for an ever broader universe of individuals who previously could remain isolated from each other, with no space or opportunity to communicate, interact and develop social, ideological and/or (proto) party identifications among themselves. We want to analyze preferably not their dialogical practices, or the production of alleged rational consensus among them, through the networks, but instead effects of polarization and radicalization. More fit to promote: 1) the reproduction of prejudices and alleged distinction indexes of social and cultural hierarchies; 2) the shaping of basic political distinctions that opposes "friends" to "enemies".*

Keywords: *Democracy. Social networks. Engagement.*

1. Introdução

Sucedee, frequentemente, nos países democráticos, que grande número de homens que têm o desejo ou a necessidade de associar-se não possam fazê-lo, pois sendo todos pequenos e perdidos na massa, não se veem nem sabem como se encontrar. Aparece um jornal que expõe o sentimento ou a ideia que se tinha apresentado simultânea, mas separadamente a cada um deles. Todos dirigem-se imediatamente a esta luz e esses espíritos errantes que se buscavam há muito encontram-se, enfim, e unem-se. O jornal os aproximou e continua a ser-lhes necessário para conservá-los juntos (TOCQUEVILLE, 1979, p. 288).

Em trabalhos recentes,³ advogamos a tese de que a chamada grande mídia de opinião brasileira vem paulatinamente perdendo influência nos rumos dos principais processos de alocação de poder político, em especial nas eleições presidenciais. Nossa hipótese é de que isso vem ocorrendo em função do peso estratégico de variáveis institucionais relativas à estabilização efetiva do sistema político e partidário brasileiro, tal como vem se desenvolvendo desde a chamada democratização, nas duas últimas décadas do século passado. E isso mesmo diante de um relativamente recente processo de polarização, que vem se acirrando nos últimos dez anos, desde o início da

³ - Lattman-Weltman 2013 e 2014.



chamada crise do “mensalão”, mas que atingiu contornos ainda mais radicais no ano passado (e no qual o envolvimento cada vez maior e mais partidário da mesma mídia parece muitas vezes ser denunciado como ainda sendo capaz de exercer uma influência preponderante e indevida). Ou seja: seguimos apostando em nosso diagnóstico sobre a crescente perda de relevância eleitoral da mídia, mesmo diante do espetáculo de radicalização partidária das eleições de 2014 (e desse começo de ano), e enfatizando que a despeito da formidável barragem de cobertura desfavorável dada à candidata do PT pelos principais veículos de comunicação do país, ela não somente venceu. Mas também teria tido como seus maiores entraves outros fatores conjunturais que não exatamente a mídia em si (e muito mais devidos às incertezas e ambiguidades da conjuntura econômica durante o período eleitoral, e ao desgaste natural de mais de uma década de exercício do poder por seu partido).

Conforme também propusemos anteriormente, o caráter eventualmente surpreendente de tal diagnóstico – que certamente vai contra um senso comum que parece predominante nos recantos de nossa *intelligentsia* – se explica pelo fato de que existem diferenças estruturais entre o poder de influência da mídia sobre os chamados militantes, ou até mesmo simpatizantes – indivíduos que, por várias razões, ultrapassam certo limiar de envolvimento na vida política e no consumo mais intenso de informações políticas; entre os quais, obviamente, pontifica a mesma *intelligentsia* – e a maioria esmagadora dos cidadãos comuns: aqueles que pouco investem de seu tempo e recursos no acompanhamento do mesmo mundo da política, e que, independentemente de suas eventuais idiossincrasias ou supostas inconsistências, seguem possuindo a prerrogativa de decidir as disputas eleitorais e dando a palavra final e decisiva em democracias autênticas (como a brasileira, atual). Ou seja, o aludido processo atual de polarização e radicalização – como de hábito – seria muito mais um fenômeno circunscrito ao universo relativamente minoritário habitado pelos chamados militantes, que justamente por consumir muito mais ávida, constante e consistentemente a informação disponibilizada nos diversos canais de comunicação, são por eles muito mais influenciáveis do que os



próprios cidadãos comuns. Por ironia, aqueles que muitos entre os ditos militantes tendem a menosprezar ou a paternalizar, como sendo mal informados, mais pretensamente sugestionáveis diante da propaganda, e mais manipuláveis pela mídia tendenciosa.

Neste trabalho pretendemos explorar teoricamente as implicações decisivas trazidas a esse processo paradoxal pela difusão contemporânea de conteúdos e acessos à "esfera pública digital", consubstanciada nas chamadas redes sociais. Argumentamos que de um modo similar ao que ocorria nos primórdios da difusão espacial da imprensa no século XIX, a popularização do acesso às redes e à vertiginosa oferta de conteúdo informacional via Internet, vem favorecendo a ampliação exponencial da participação argumentativa de um universo cada vez mais amplo e diversificado de indivíduos que anteriormente, por uma série de razões, poderiam permanecer isolados uns dos outros, sem espaço ou oportunidade de interação comunicativa e de desenvolvimento de identificações sociais, ideológicas e/ou (proto)partidárias, entre si.

Ao contrário do que supõem certas versões mais otimistas da tradição deliberacionista centrada no ideal da "esfera pública", contudo, gostaríamos de enfatizar a dimensão dos efeitos perversos deste processo (sem negar, é claro, possibilidades mais atraentes). Ou seja: queremos analisar preferencialmente não a reprodução de práticas dialógicas de aproximação, ou de produção de supostos consensos racionais – a partir das chamadas condições ideais de discurso e comunicação –, mas sim, ao contrário, efeitos de polarização e radicalização, mais afeitos, por um lado, à reprodução de preconceitos e supostos índices de distinção e hierarquização social e cultural (LATTMAN-WELTMAN, 2006), e, por outro, a reelaborações da distinção política básica que opõe “amigos” a “inimigos” (conforme a definição clássica de Carl Schmitt (1992)).

2. Dispersão e Conexão

No longo período que nos separa da publicação inicial de *A democracia na América*, o jornalismo passou por todas as metamorfoses que qualquer estudante e pesquisador da mídia conhecem bem. Não deixa de ser impressionante, porém, o modo como algumas das propriedades políticas e sociais essenciais e iniciais da atividade, tal como descritas então por Tocqueville, se readaptam tão facilmente ao que parece ser o processo predominante de incorporação política e ideológica digital impulsionada pela revolução tecnológica em curso. Em especial no que se refere ao impacto das chamadas redes sociais digitais.

Com efeito, como tem sido apontado por vários observadores,⁴ a proliferação massiva dos dispositivos portáteis de comunicação digital e a popularização do acesso às redes sociais parecem estar permitindo a um conjunto cada vez maior e mais diversificado – econômica, social e culturalmente – de indivíduos conectar-se, pelas mais diversas razões e motivações iniciais, mas com desdobramentos especificamente políticos e ideológicos em grande medida imprevisíveis.

Por um lado, o caráter virtual e cada vez mais onipresente das redes lhes permite dar conta de seu papel agregador de um modo muito mais abrangente e imediato do que Tocqueville poderia sonhar, quando observou o fenômeno da proliferação de jornais locais na América da primeira metade do XIX. Ou seja: as novas mídias podem agrupar indivíduos com perspectivas e interesses similares, porém dispersos, em velocidades, escala demográfica e em extensão territorial antes inimagináveis. Por outro, o fato de simultaneamente oferecer conexões e conteúdos muito diversificados, com base em recortes e interesses cognitivos múltiplos, também pode sugerir, aos mesmos indivíduos, aproximações e comunalidades as mais diferentes (e até certo ponto intercambiáveis).

⁴ - Por exemplo, Aldè (2011), Bennet & Segerberg (2012).



Na verdade, não é somente a dimensão quantitativa de tal processo de conexão e agregação que se vê afetada pelas novas tecnologias. A qualidade de tais relações também muda.

Como pudemos sugerir anteriormente (LATTMAN-WELTMAN, 2015), é possível que estejamos diante de novas possibilidades de sociabilidade, na qual conexões de caráter majoritariamente "comunitárias", no sentido sociológico clássico de Tönnies (2001), como as que se originam de vínculos mais ou menos adscritos aos indivíduos – consanguinidade, identidades étnicas, trajetórias de socialização primárias, vizinhança, afinidades afetivas, comportamentais e de lazer, etc. – adquirem novos significados e potencialidades. Vínculos que antes pouca relação poderiam entreter com as formas de sociabilidade que Tönnies definiu típico-idealmente como "societárias" – aquelas de adesão e permanência voluntárias e cambiáveis, com foco em interesses razoavelmente bem definidos: como as de membro de uma associação, partido ou sindicato, por exemplo –, e que tradicionalmente se mostravam como indispensáveis à ação política coletiva, mais consequente, podem agora servir a conexões e a mobilizações inauditas.⁵

Assim, iniciativas de convocação à participação em eventos públicos de envergadura, que no passado eram dependentes tanto de estruturas organizacionais "societárias" prévias – capazes de articulação de grandes interesses comuns, mas definidos de modos mais ou menos restritos –, quanto de tempo de preparação, hoje podem ser efetivadas rapidamente, através das redes, e mobilizando aderentes conectados pelas mais diferentes formas de contato, com base em vínculos que originariamente não precisariam guardar qualquer relação necessária com os objetivos políticos mais específicos de tais movimentos. Sem prejuízo da participação – eventualmente ainda decisiva – em tais eventos, de formas de ação coletiva tradicionalmente mais institucionalizadas e baseadas em vínculos societários típicos, pode-se mais fácil e rapidamente agora contar-se também com a arregimentação de grande

⁵ - Não por acaso, índices de associativismo sempre foram metodologicamente estratégicos para a mensuração e a comparação dos graus de politização de sociedades modernas (Cfr. PUTNAM, 2000, e PHARR & PUTNAM, 2000.)



número de participantes sem qualquer experiência prévia ou mais frequente de engajamento político e/ou social, interpelados através das mais diversas lealdades ou laços "comunitários".

Ora, em que medida mudanças como essas afetam não apenas as dimensões, mas também, talvez, a própria natureza de tais formas de mobilização?

Acredito que a experiência das jornadas de Junho de 2013 – nossa versão mais significativa, até aqui, do mesmo novo tipo de experimento coletivo observado em vários outros contextos, na última década (LATTMAN-WELTMAN, 2015) – nos permitam já teorizar sobre: (1) o caráter simultaneamente avassalador e, no entanto, potencialmente efêmero de tais mobilizações; quer dizer: refiro-me ao seu movimento típico que mais se assemelha ao de uma onda, ou de várias ondas em crescimento (podendo mesmo chegar a parecer um tsunami), para, em seguida, diminuir e, finalmente se dissipar; o que, com certeza, se relaciona também (2) à tendência a que após uma poderosa aglutinação de vozes indignadas – aparentemente se manifestando em uníssono, com um mesmo espírito, e até mesmo através de poucas palavras de ordem gerais e unificadoras –, venha a suceder a fragmentação da "onda": não somente em termos de pauta de protestos – cada vez mais plural –, mas também no que diz respeito a táticas, estratégias e, acima de tudo, a objetivos políticos; estes (quando efetivamente existentes) tornam-se cada vez mais diferenciados, possivelmente contraditórios, quando não simplesmente antagônicos; o que (3), fatalmente deve conduzir tais movimentos, em pouco tempo, a um típico *trade-off*, no qual se perde em amplitude – e, não por acaso, em participação mobilizada "comunitariamente" – em prol de uma maior e mais consistente organização da ação coletiva: sob formas, até mesmo eventualmente novas, mas decididamente tão "societárias" quanto as mais tradicionais.⁶

Malgrado o aspecto um tanto quanto *dejà vu* (e talvez decepcionante) de tal "eterno retorno" à rotina e à institucionalização da ação coletiva, a

⁶ - E muito provavelmente sujeitas aos velhos riscos e desafios michelsianos ao engajamento mais "espontâneo" e supostamente mais democrático (MICHELS, 1982).



efervescência estimulada pelos novos surtos de indignação e engajamento – agora também por via da ação "conectiva", graças à democratização efetiva do acesso às novas tecnologias –, não deixa, contudo, de apontar para algumas possíveis e contraditórias novidades políticas e ideológicas. Não necessariamente no que diz respeito a suas consequências em termos de efetiva resolução de problemas coletivos reais, mas nas características assumidas pelo jogo político e na luta pelo poder.

De fato, vínculos comunitários sempre puderam gerar vínculos societários – e vice-versa –,⁷ mas uma das hipóteses interessantes que se apresentam a partir da clássica dicotomia tönnesiana, se aplicada à revolução tecnológica e comunicacional contemporânea, é a de que, de maneira geral, a proliferação das redes sociais, reproduzindo e criando todo o tipo de forma de sociabilidade (por mais superficial que seja o caso), pode assim mesmo dissolver quaisquer fronteiras – entre o “comunitário” e o “societário”, ou entre o “Público” e o “Privado” – e favorecer a mobilização de verdadeiros neófitos em matéria de manifestações políticas. Mobilização que certamente pode responder a interpelações políticas, ideológicas ou mesmo claramente partidárias – de empreendedores políticos os mais diversos –, mas que, não obstante, pode ser decisivamente estimulada também por conta de formas de pertencimento rigorosamente comunitário. Ou seja: independentemente de quais sejam os vários investidores societários que procuram valer-se de tais oportunidades de mobilização política – ou simplesmente criá-las –, muitos dos sujeitos interpelados para isso podem ser indivíduos sem qualquer experiência de ação política, atraídos pela participação e acolhimento de outros membros de sua(s) “comunidade(s)”, o que, entretanto, não os impede de, a partir de tal experiência, (re)construir identidades que passam a possuir novos significados político-ideológicos ou (proto)partidários (ainda que efêmeros).

Estaríamos diante, portanto, de um novo fenômeno de socialização, ou ressocialização política. Um processo pelo qual grandes contingentes de

⁷ - Este é um tema tradicional, rico, complexo e contraditório da sociologia política. A título de exemplo, vale lembrar, de um lado, toda a tradição polêmica de estudos sobre consciência e formação histórica das classes sociais (THOMPSON, 1987), e de outro os esforços de análise de institucionalização política com base no conceito de “capital social” (PUTNAM, 1993).

cidadãos que talvez nunca antes tenham tido maior interesse, oportunidade ou apelo por se informar e por se manifestar politicamente, súbito são atraídos para esse terreno. Exatamente como os indivíduos isolados, dispersos e desconectados de Tocqueville.

As portas de acesso são muitas e desimpedidas. Assim como o estímulo a fazê-lo é cada vez mais intenso, múltiplo e onipresente.

Mas haverá alguma razão intrínseca à tal dinâmica que conduza tal engajamento num determinado rumo político, ideológico ou institucional? Será a relativa radicalização política que se observa em tantos recantos uma consequência ou causa de tal engajamento *online* cada vez mais conspícuo?

3. Militantes, simpatizantes e cidadãos comuns ⁸

A resposta teórica, ao menos parcial, à pergunta acima passa, a meu juízo, pelo esclarecimento das características típico-ideais que envolvem o, digamos, rito de passagem que conduz um cidadão comum, que jamais se interessara ou se mobilizara politicamente, a se tornar senão propriamente um militante *tout court* – tal como tradicionalmente se compreendeu essa figura essencial da política –, mas ao menos o que poderíamos chamar de simpatizante de alguma causa ou partido. ⁹ Ou seja: alguém que se filia a algum lado numa disputa, passando a se sentir membro de um grupo, e que se encontra agora mais disposto a investir mais de seus recursos – tempo, dinheiro, energia – na vida política.

⁸ - Para uma exposição mais detalhada da seção abaixo, ver Lattman-Weltman 2013 e 2014.

⁹ - Em sua teoria econômica da democracia, Downs (1957) elabora uma tipologia de diferentes tipos de atores com base em suas preferências e engajamentos partidários, o que acaba por refletir no tipo de informação que tais personagens irão obter e manipular politicamente. Para nossos fins, contudo, o interesse maior está na figura que ele caracteriza como sendo a do “agitador”: “... tendo se informado o suficiente para estar certo de suas próprias decisões, agitadores são praticamente imunes à persuasão de seus adversários (...) Mas seja o motivo o simples retorno de um favor político, ou o altruísmo mais idealista, o importante é que os agitadores estão dispostos a investir recursos escassos - pelo menos tempo, e talvez mais - para mobilizar” (DOWNS, 1957, p. 84). Prefiro chamar o mesmo personagem pela alcunha de “militante” (conforme pude explicar em Lattman-Weltman, 2013).



Outras características fundamentais que separam o nosso militante/simpatizante (MS) do chamado cidadão comum (CC), se referem, porém, aos modos como estes lidam diferentemente com variáveis centrais de conjuntura política. À medida que se envolve na vida política o primeiro passa a ter uma percepção distinta do segundo em tudo aquilo que se refere à qualidade e o significado da experiência política coletiva da qual ambos fazem parte.

Se para CC as rotinas de funcionamento de um sistema político razoavelmente estável, com a operação usual de suas instituições – como o governo, o parlamento, as cortes de justiça, a cobertura política da mídia, etc. –, não parecem afetar o seu cotidiano, ou nem mesmo lhe dizer respeito imediato, para o MS cada novo movimento desse jogo pode ser eventualmente importante, senão dramático (ou mesmo trágico).

Do mesmo modo, CC e MS tenderão a desenvolver apreciações muito diferentes acerca dos graus de polarização ideológica ou partidária em vigor num mesmo sistema. Para um (MS), o sistema é, por definição, sempre polarizado, pois toda e qualquer alteração ou continuidade relevante no *status quo* é sempre benéfica ou prejudicial – raramente neutra – para seu “partido”. Para CC, ao contrário, essa percepção dificilmente será imediata, ou automática, e dependerá sempre do cenário mais amplo de experiência coletiva, ao qual ele tende a responder de modo mais passivo (quando não indiferente).

Consequentemente, haverá também grande diferença nas formas pelos quais nossos dois personagens lidarão com suas preferências políticas e partidárias. Certamente as de MS tenderão a ser cultivadas de modo mais intenso do que as de CC. Por isso mesmo, os primeiros tenderão a ser mais exigentes e rigorosos ideologicamente com seus líderes e representantes do que os segundos.¹⁰

¹⁰ - O que pode levar, de modo talvez paradoxal, a que a fixação das preferências “partidárias” nem sempre seja maior, ou mais rígida junto ao MS (como seria de se esperar). (LATTMAN-WELTMAN, 2013).



Também haverá distinções significativas nas margens de risco com que nossos tipos terão de lidar ao fazer suas escolhas políticas. Em primeiro lugar, MS sempre tenderá a atribuir maior importância e influência à sua escolha, ao passo que CC pode mesmo considerar irrelevante a sua, ou seja, incapaz de interferir no rumo dos acontecimentos. Conseqüentemente, para MS sempre haverá um risco maior no caso de uma escolha mal feita. Principalmente se efeitos adversos da mesma se voltarem contra o seu próprio “partido” (ou até contra si, pessoalmente). CC, por sua vez, pode manter-se totalmente à margem de preocupações como essa, em determinadas situações mais rotineiras.

Em função de tudo isso, a obtenção de informação política suficiente e de boa qualidade será sempre muito mais importante para MS do que para CC. Pois, para aquele, há sempre muito mais em jogo na vida política, as vitórias são sempre mais importantes e vitais, e as derrotas mais sofridas e temíveis. E por isso o controle do ambiente, mediante obtenção de informação, é sempre mais urgente.

Sendo assim, ao contrário do que se costuma supor, é MS o típico ator político muito mais influenciável pela oferta de informações políticas disponíveis, e não CC. E como a mídia é a principal fornecedora de tais insumos, seu eventual poder de influência se exerce de forma muito mais intensa sobre os militantes/simpatizantes do que sobre os cidadãos comuns.

Assim, se, como supomos, as novas tecnologias digitais, em especial as redes sociais por elas dinamizadas e cada vez mais universalizadas, vêm de fato socializando politicamente novos contingentes de simpatizantes/militantes, não há que se surpreender com o fato de que estas novas “esferas públicas” venham se caracterizando por fortes polarizações partidárias e/ou ideológicas, nem que contribuam de modo tão eficaz para uma exacerbação da radicalização e da mobilização política. Seja de modo virtual ou não.

É bastante provável, portanto, que estejamos então diante de um fenômeno global. No contexto brasileiro atual ele pode, contudo, se revestir de características históricas e culturais específicas.

4. Metamorfoses do (neo) udenismo

Se estamos corretos em nossa interpretação, o advento da revolução tecnológica contemporânea e a proliferação das novas redes sociais digitais vêm ensejando então uma nova forma de "mudança estrutural da esfera pública". De modo similar ao que alertava Habermas (1978) em sua obra seminal, estaríamos agora assistindo a um novo tipo de interpenetração entre as esferas do Público e do Privado: a mobilização, em novos "partidos", novas *coteries*, ou até mesmo, novas "comunidades", mas com claro engajamento político de indivíduos, muitos deles anteriormente dispersos e isolados, e que, conectados talvez inicialmente por vínculos de natureza privada, mais ou menos frágeis ou efêmeros, agora se associam e manifestam-se publicamente, como antes não faziam, com energia e comprometimentos talvez inauditos.

Ora, sé atentarmos não somente para o comportamento, mas também para os conteúdos discursivos que proliferam e se reproduzem de modo mais recorrente e conspícuo em tais ambientes, mesmo que de modo impressionístico, creio que facilmente poderemos reconhecer argumentos muito similares, que nos ajudam a entender melhor o que pode ser a sedução do engajamento via redes sociais.

Como já pude explicitar anteriormente (LATTMAN-WELTMAN, 2006 e 2015), alguns desses motivos narrativos recorrentes podem ser classificados como variações mais comuns da síndrome política tipicamente brasileira e democrática – quer dizer: típica dos raros contextos de efetiva e plena competição e incorporação democrática na História do Brasil – e que chamamos, entre outros, de udenismo, ou neo-udenismo. Para quem não sabe, ou não se lembra, o termo se origina da experiência e dos discursos políticos da União Democrática Nacional, a famosa UDN, que de 1945 a 1965 congregou numa frente todos os diferentes adversários e inimigos políticos que

Getulio Vargas atraiu ao longo de sua longa primeira passagem pelo poder.¹¹ Embora fortemente apoiada por poderosos setores conservadores e liberais – incluindo aí quase toda a imprensa da época, a Igreja e, *last but not least*, importantes parcelas das Forças Armadas – a UDN não obteve sucesso em suas tentativas de chegar ao poder pelo voto, perdendo as eleições presidenciais da época quase sempre para os candidatos do campo getulista, quando não o próprio Vargas, em 1950 (na verdade, a UDN só ganhou oficialmente em 1960, com Jânio Quadros; mas logo se dispôs com seu imprevisível candidato que, afinal, renunciou à presidência poucos meses após assumir, em 1961). O partido teve grande papel na articulação para o golpe de 31 de março de 1964, mas cedo foi aliado do poder pelos militares.

Em poucas palavras, definiria o udenismo, tal como criado nos anos 1950 e 1960, como a forte crença de que os principais problemas do país se devem, primordialmente, a alguma combinação viciosa de carências de vontade política, compromisso moral e/ou competência técnica que acometem a certas lideranças políticas nacionais – características às quais sempre pode se somar, também, a denúncia de sua eventual baixa extração social. O elemento especificamente democrático conjuntural típico do argumento, porém, é justamente o fato de que num regime político competitivo em que o poder se obtém por meio do voto popular – numa democracia, portanto – a condenação moral, cognitiva ou sociológica das lideranças políticas – especialmente as mais bem sucedidas eleitoralmente – é sempre também, por tabela, uma atribuição de culpa ao próprio eleitorado. Arriscaria então a sintetizar o que poderíamos chamar de silogismo udenista típico de acordo com as seguintes etapas lógicas: 1) o povo – em sua maioria, no Brasil, os pobres, incorporados ao jogo pelo espetacular avanço dos direitos políticos no país – não sabe como votar de modo apropriado, ou pelo menos não tão conscienciosamente quanto as elites; 2) suas escolhas, portanto, são ruins, não raro facilmente manipuladas por demagogos sem escrúpulos; 3) assim, candidatos inadequados são levados ao poder para nos representar e governar, dando

¹¹ - Primeiro como líder da Revolução de 1930, depois chefe do Governo Provisório da Revolução (1930-34), presidente constitucional, e, após 1937, ditador.



margem a más políticas públicas, com maus resultados. O corolário institucional é, pois, óbvio: para dar ao país o que ele precisa é necessário purificar o processo eleitoral. Mesmo que para isso seja imprescindível nos livrar dos próprios eleitores (e, obviamente, da própria democracia; como foi feito em 1964).

Uma das grandes ironias da nossa História política, entretanto, é o fato de que o apelo moralista, purista e rigorosamente antidemocrático do udenismo original – certamente uma construção narrativa de origem social de elite, e que se constituía obviamente em forte e compreensível reação diante do espetáculo de incorporação política das massas e ampliação da incerteza no jogo político brasileiro na Democracia de 1946 (RAMOS, 1961) – acabou também encontrando guarida em outros ambientes, bem menos supostamente reacionários (LATTMAN-WELTMAN, 2006). Ou seja: ao longo das décadas que se seguiram ao trágico colapso de nossa primeira grande experiência de democracia de massas, e obviamente no rescaldo da grande derrota de 31 de março e da busca dos culpados da hora (eventualmente travestida de “autocrítica”), trasladou-se sem a menor dificuldade, de um lado a outro da lida ideológica, a noção romântica de que bons meios morais e/ou técnicos, incorporados num voluntarismo político consequente e determinado – iluminados pela devida submissão da política à ética, como se repete em toda a parte – constituem o fundo comum da solução mais óbvia e simples de todos os nossos principais problemas públicos.

De fato, se quiséssemos adaptar o silogismo udenista acima para uma típica versão de esquerda do mesmo, teríamos então: 1) o povo – em especial os “alienados”; que, a rigor, são quase todos – não sabe como votar de modo apropriado, ou pelo menos não tão conscienciosamente quanto as vanguardas revolucionárias; 2) suas escolhas, portanto, são ruins, não raro facilmente manipuladas por demagogos sem escrúpulos (particularmente os que favorecem o capital, ou são por este favorecidos; com ou sem clara “consciência de classe”); 3) assim, candidatos inadequados são levados ao poder para nos representar e governar, dando margem a más políticas públicas, com maus resultados (que, é claro, mantêm a opressão). Mais uma

vez, o corolário institucional é óbvio: para dar ao país o que ele precisa é necessário purificar o processo eleitoral. Mesmo que para isso seja imprescindível nos livrar dos próprios eleitores, e, certamente, da própria democracia; mas nesse caso, por meio de uma revolução (afinal de contas, só uma revolução pode diretamente dar ao povo o poder de entronizar sua vanguarda: a única que pode compreender quais são os reais interesses do mesmo povo).

Mais importante do que encontrar a mais perfeita e adequada caracterização lógica ou narrativa de tal síndrome, porém, o que nos interessa aqui é apontar para a hipótese de que, em primeiro lugar, construções como esta, ou similares, são particularmente adequadas para estimular o mencionado rito de passagem que, acredito, vem conduzindo um contingente cada vez mais significativo de indivíduos conectados a assumir, talvez pela primeira vez, um perfil típico de simpatizante, ou mesmo, militante. Através de sua incorporação – ou de outra similar – o ativista pode se destacar ética e intelectualmente da massa, reconhecer-se como pertencente à mesma e iluminada elite – ou, se preferir, vanguarda – e acima de tudo, preservar intacta sua pureza, coerência e senso de superioridade moral.¹²

Mas se a versão neo-udenista de esquerda tem, como vimos, uma história já longa – que remonta, pelo menos, ao ajuste de contas com 1964 (LATTMAN-WELTMAN, 2006) –, o aspecto ideológico mais interessante do contexto contemporâneo de engajamento político via rede parece ser o surgimento de uma nova direita. A qual obviamente reincorpora os temas clássicos do udenismo original, mas que certamente remonta, em suas motivações principais, a um contexto muito mais recente. Mais especificamente ao período da chamada Transição Democrática, de fins da ditadura militar,¹³ e ainda mais proximamente à chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2002.

¹² - Sem mencionar aqui outras possíveis vantagens mais prosaicas do pertencimento a determinadas redes (não somente virtuais, é claro).

¹³ - A datação aqui é sempre polêmica. Para os fins deste artigo marcaria essa transição pelos anos de 1982 – da primeira eleição direta para governadores, já sob o novo sistema pluripartidário – a 1988, ano de promulgação da nova Constituição.



Com efeito, desde a Transição uma série de eventos e mudanças na sociedade brasileira foram tornando cada vez mais exíguo, ou desconfortável, o espaço reservado no espectro ideológico nacional para quem quer que se aventurasse a se chamar de “direita”. É óbvio que sob qualquer definição que adotássemos aqui – seja do ponto de vista de uma agenda de política econômica, ou de temas de caráter social ou comportamental – não seria muito difícil encontrar, todo esse tempo, forças, grupos e instituições que claramente poderiam ser identificados como tal. Nada disso, porém, facilitava a vida de tais atores.¹⁴ Ao ponto de que há até bem pouco tempo se questionava a própria existência ou não de uma direita assumida neste país.

E não era para menos. Primeiro porque o termo “direita” ficaria indelevelmente associado ao Regime Militar de 1964, cujo fim melancólico – entre outros fatores pela crise econômica que dominou seus últimos anos e a consequente perda de sustentação política generalizada junto à sociedade – foi precipitado não só pela derrota eleitoral de 1982 em quase todos os principais estados (nas primeiras eleições diretas para governadores). Mas acima de tudo pelo poderoso influxo popular da campanha das Diretas Já, em 1983 e 1984. Mesmo não aprovada a emenda constitucional que motivara a mobilização, o impressionante e inaudito sucesso dos comícios em todo o país,¹⁵ unificou as forças de oposição à ditadura, cindiu o partido do governo e do regime na hora da sua sucessão, permitiu, portanto, a formação de uma aliança com quadros da situação e da oposição, e, por último mas não menos importante, trouxe para as ruas uma multidão de gente insatisfeita que não poderia mais ser ignorada. Quem quer que ainda, de fato, apoiasse a manutenção da ditadura –

¹⁴ - Basta, por exemplo, lembrar os nomes de alguns dos principais partidos do período claramente identificados entre nós como de “direita” (não só pelos cientistas políticos, mas também pela sociedade, de modo geral): Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da Arena, que depois passou a chamar-se Partido Progressista (PP), e cuja dissidência – não exatamente ideológica – deu origem ao Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM). Creio que também ninguém dúvida do lugar de partidos como o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ou, mais recentemente, do novo Partido Social Democrático (PSD). Imagine a surpresa de um estrangeiro acostumado a associar determinados termos – como “social” – a partidos situados justamente do outro lado do espectro.

¹⁵ - As quais inclusive contaram então com a novidade, então, dos painéis .



ou tivesse nisso maior interesse – foi então inapelavelmente condenado ao ostracismo e aos bastidores.

E durante as décadas vindouras esse verdadeiro exílio da direita brasileira em seu próprio país, não pode ser revertido.

De fato, o movimento geral que em seguida às Diretas conduziu à vitória de Tancredo Neves e sua Aliança (1985), as tentativas heterodoxas de combate à inflação (de 1986 a 1989), e, acima de tudo, o espírito geral da Assembleia Nacional Constituinte (1987 a 1988) são claros indícios de que senão a agenda ao menos a identidade de centro-esquerda tornara-se, apesar dos percalços, relativamente hegemônica na chamada Nova República. Nenhum sinal é mais claro do que o fato de que mesmo a grande e bem sucedida reação conservadora ao tom geral que vinha sendo adotado na Constituinte teve de adotar a alcunha de... Centrão!

Certamente a recepção crítica da Nova Carta e o contexto de manutenção da crise econômica levaram a primeira grande eleição direta, afinal, para presidente da República, em 1989, a se realizar num contexto de grande polarização e ressurgimento de clivagens ideológicas importantes. Mas mesmo neste primeiro momento de contestação aos receituários de centro-esquerda e a afirmação da chamada agenda neoliberal de reformas, não havia quem se assumisse então como “direitista”, “conservador” ou coisa parecida. O próprio Fernando Collor recusou a pecha de neoliberal e enfatizou sempre seu compromisso – tipicamente neo-udenista – de combate à corrupção e de dissociação da atividade política tradicional – assim como de sua coragem pessoal – como garantias para conduzir o país para fora da crise e rumo à contemporaneidade.

E ainda mais razões – e credenciais – possuía Fernando Henrique Cardoso, e seu Partido da Social Democracia Brasileira, para não vestir qualquer carapuça nesse sentido. Mesmo a aliança eleitoral com o PFL e o caráter privatista das muitas reformas implementadas pelos tucanos eram fartamente contrabalançadas no discurso oficial pela celebração dos efeitos sociais positivos trazidos pelo Plano Real ao poder aquisitivo dos setores mais pobres.



Foi justamente com base no pífio resultado obtido pelos rivais em matéria de crescimento econômico e combate ao desemprego – mas com a aceitação estratégica do Plano Real e de outras mudanças implementadas por FHC –, que Lula e o PT finalmente chegaram ao Planalto e deram início ao que pode ser considerado o ápice (mas talvez o começo da maior crise política) do contexto de hegemonia da centro-esquerda no Brasil, tal como iniciado com a democratização dos anos 1980. Sem dúvida alguma, a retomada do crescimento e o impressionante processo de inclusão social – com estabilidade econômica e, o mais importante: democracia plena –, obtidos pelos governos petistas, até meados do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2013), pareciam definitivamente condenar quaisquer veleidades e manifestações assumidamente direitistas ao recolhimento de um museu.

Mas é justamente neste momento que a crise se instala e que, após tantos anos desaparecida, eis que a direita se apresenta novamente em praça pública, com todas as letras e bandeiras. Ressuscitando até palavras de ordem utilizadas pela velha UDN no contexto pré-insurrecional dos anos 1950 e 1960.

Por um lado, é fato que, mais uma vez, e tal como ocorrera a Collor, o feitiço das cruzadas udenistas, ou neo-udenistas se voltaram contra os feiticeiros de outrora (e nada nos garante que não vá se voltar amanhã contra quem invoca seus demônios hoje). Assim, depois de levar os rivais ao pelourinho – com base no moto da “Ética na política” e sua presunção de monopólio das boas intenções – o PT tornou-se a nova vítima da mesma engrenagem.

Mas ao ser exposto como tendo incorrido nos mesmos pecados que antes denunciava nos outros, e com os mesmos métodos, o partido de Lula não apenas abriu aos adversários um flanco formidável por onde esperam afastá-lo do poder que concentra há mais de uma década. Também ofereceu àqueles que há muito tempo – talvez até durante décadas – se ressentiam de restringir a clara manifestação de suas ideias, valores e identidades a espaços restritos, a oportunidade de sair às ruas e se fazer ouvir.

5. Democratização e radicalização, ou “quem nunca comeu melado...”

Quanto mais as condições se tornam iguais, menos os homens são individualmente fortes, mais se deixam levar pela massa e mais lhes é difícil manterem uma opinião que a massa abandona. O jornal representa a associação; pode-se dizer que fala com cada leitor em nome dos outros e os conduz tanto mais facilmente quanto mais fracos são individualmente. O império dos jornais deve, portanto, crescer à medida que os homens se igualam (TOCQUEVILLE, 1979, p. 289).

Não há dúvida de que a Internet, com seus vários ambientes e ferramentas, é uma poderosa ferramenta de interação e diálogo.

Mas assim como interação e diálogo, em suas demais formas, anteriores àquelas hoje permitidas pelas novas tecnologias, nem sempre favoreceram a busca do que possa ser a verdade, ou, pelo menos, do melhor argumento, e assim como jamais forneceram, por si só, garantias de paz, entendimento ou acomodação pacífica de diferenças, não parece haver nada nas novas redes que as impeça de também servir muito mais à reiteração de preconceitos e à manifestação de hostilidades as mais diversas.

Pelo contrário: se há algo que a experiência recente de propagação e popularização das redes sociais tem mostrado no Brasil – e certamente algures – é que a lógica política inerente e distintiva da oposição e arregimentação dos “amigos” e “inimigos” – e que segundo Schmitt (1992) é a que melhor caracteriza a especificidade do fenômeno político – encontra também aqui um espaço de clara manifestação e reprodução.

Assim, a hipótese que apresentamos neste artigo pode ser resumida do seguinte modo: hoje as redes sociais vêm favorecendo o engajamento político e ideológico de um contingente cada vez maior de indivíduos, que assim passam a vivenciar a vida política com as características típicas que separam o simpatizante, ou militante, do cidadão comum. Nesse processo é comum a transmutação de vínculos comunitários em novos laços de pertencimento societário e vice-versa. Mas essa alteração tende a favorecer não somente a radicalização de posições e preferências, como também a fazer do novo simpatizante/militante um consumidor mais ávido da oferta informacional midiática, tornando-o, portanto, na verdade, mais influenciável por essa mesma



produção. No contexto brasileiro atual, mais especificamente, este fenômeno tem facilitado o surgimento de um novo contingente de simpatizantes/militantes que se assumem como sendo de “direita”, algo que interrompe uma longa trajetória de relativa marginalização desse tipo de identidade. E certamente o forte ressentimento acumulado por tais grupos ao correr de décadas de hegemonia de identidades de centro-esquerda – mas acima de tudo o longo período de hegemonia eleitoral do PT no comando do país – acirram ainda mais os ânimos de seus membros e ideólogos. Ainda mais que estes se nutrem do repertório argumentativo udenista, ou neo-udenista, que segue forte e vigoroso em todos os espaços de nossa sociedade.

Tratam-se, pois, de hipóteses cuja melhor definição e comprovação demandam pesquisa que por ora apenas esboçamos.

Mas o que não foi dito ainda é que, como de hábito, ao contrário de enxergar nesses fenômenos apenas sinais preocupantes para o futuro da democracia no Brasil – e certamente não pretendo minimizá-los, neste momento –, faço questão de sugerir que, na verdade, são estes outros tantos índices do sucesso institucional e estrutural do regime entre nós.

É portanto ao avanço da democracia, seja do ponto de vista institucional – com a competição acirrada, a proliferação dos controles mútuos e a ampliação da participação popular indiscutível –, seja do ponto de vista estrutural – com os avanços na inclusão social, no acesso cada vez mais democrático a bens e serviços, e com a mobilidade social crescente, que tanto assusta –, que devemos, em suas linhas mais gerais, todos esses desdobramentos.

Não espanta, pois, que pareça haver tanta gente hoje, como se diz, “saindo do armário”, ou se lambuzando tanto com o melado que nunca provara antes.

Bibliografia:



- ALDÉ, Alessandra. “O internauta casual: notas sobre a circulação da opinião política na Internet”. In: **Revista USP**, n. 90, 2011.
- BENNET, W.L. & SEGERBERG, A.. “The Logic of Connective Action”. In: **Information, Communication and Society**, 15(5), 2012.
- DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper Collins, 1957
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Brazilian Spring or Brazilian Autumn? First impressions of the June days of 2013”, In: J.D.Needell (Ed.), **Emergent Brazil: Key perspectives on a New Global Power**, Gainesville: University Press of Florida, 2015.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Information, preferences and the political influence of mass media in democratic Brazil”. Paper apresentado ao **XII Congresso da Brazilian Studies Association (BRASA)**, Londres, 2014.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Contextos, e não conteúdos: Informação, preferências e influência política midiática”. Paper apresentado ao **V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPÓS)**, Curitiba, 2013.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “O Rio nas Cruzadas: comunicação, democratização e usos da Internet numa eleição carioca”, In: **Revista Eco-Pós**, 12(3), 2009.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Mídia e democracia no Brasil: da ‘eterna vigilância’ à ‘justa frustração’”, in: J.O.Goulart (org.), **Mídia e democracia**, Annablume, São Paulo, 2006.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.
- PHARR, S.J. & PUTNAM, R.D. (Eds.). **Disaffected democracies**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PUTNAM, Robert. **Bowling alone: the collapse and revival of american community**. Nova York: Simon & Schuster, 2000.



- PUTNAM, Robert. **Making democracy work: Civic traditions in Modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RAMOS, Guerreiro, **A crise do poder no Brasil**, Zahar, Rio de Janeiro, 1961.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político**, Petrópolis: Vozes, 1992.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: paz e Terra, 1987.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**, São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).
- TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Civil Society**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2001.